



PROBLEMA EM DOBRO
Em junho, o vereador e o secretário-geral também foram denunciados por improbidade pelo MP em outro caso, de 2017.

JUSTIÇA EM JUNHO, APÓS AÇÃO SER PROTOCOLADA PELA PROMOTORIA, JUSTIÇA DETERMINOU A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Juvenil vira réu em ação do MP por improbidade administrativa

Ao lado do secretário-geral da Câmara, ex-presidente da Casa é acusado de direcionar uma licitação realizada pelo Legislativo em 2018 para beneficiar uma empresa de São José, que resultou em contrato de R\$1,5 milhão

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Julio Codazzi
@juliodcodazzi



O vereador Juvenil Silvério (PSDB) virou réu por improbidade administrativa em uma ação em que é acusado pelo Ministério Público de direcionar uma licitação realizada em 2018 pela Câmara de São José dos Campos, que resultou na contratação de uma empresa para elaboração e execução de um projeto de eficiência energética para a Casa. O tucano presidia o Legislativo naquele ano.

Protocolada em junho, a denúncia cita irregularidades como ausência de projeto básico, indevida aglutinação de serviços, existência de cláusulas restritivas no edital e “condutas imorais e ímprobos na gestão de recursos públicos”.

Além de Juvenil, também virou réu Michael Robert Boccato, que é secretário-geral da Câmara. Pelo serviço, a empresa Mendonça & Martins Serviços Especializados receberia R\$ 1,5 milhão, mas o contrato teve a execução suspensa pela Justiça em junho, quando os pagamentos somavam R\$ 713 mil.

A decisão pelo recebimento da inicial do MP foi publicada na semana passada. No despacho, o juiz Silvio José Pinheiro



Casa. O vereador Juvenil Silvério (PSDB) presidiu a Câmara de São José dos Campos em 2017 e em 2018

dos Santos, da 1ª Vara da Fazenda Pública, diz que “existem indícios de sérias irregularidades na licitação”.

Segundo a ação, o jurídico do Legislativo chegou a apontar parte das irregularidades e sugerir correções, mas a direção da Casa optou por manter as principais incongruências.

Das 40 empresas que retiraram o edital, apenas três efetuaram a vistoria prévia e somente a Mendonça & Martins apresentou proposta. Ouvidas pelo MP, algumas das empresas afirmaram ter desistido de participar após identificarem irregularidades no edital. A Promotoria também citou que a empresa vencedora, com sede em São José, teve o objeto social alterado em janeiro de 2018, meses antes da abertura da licitação, para se adequar ao que seria exigido no edital. Nessa mesma época, ela passou a ter como sócio Claudio Henrique Mendonça, funcionário comissionado da Câmara até 2016.

OUTROLADO

Vereador e secretário-geral negam irregularidades e defendem contrato

DEFESA. À reportagem, Juvenil defendeu a regularidade da licitação e a relevância do contrato. “Mesmo com a suspensão da execução do contrato, a economia na Câmara [com a

conta de energia] já ultrapassa 50%”, disse. “Ninguém gosta de processo, mas será uma oportunidade para que as coisas sejam ajustadas. É nossa oportunidade de defesa. Estou tranquilo”.

O secretário-geral da Câmara disse que recebe com “naturalidade” a decisão que o tornou réu. “Será a hora em que poderemos esclarecer tudo, nos defendermos”, afirmou. “O projeto já gera economia de R\$ 20 mil ao mês”. A Mendonça & Martins também nega irregularidades. ■

DOSE DUPLA.

Em junho, o vereador e o secretário-geral também foram denunciados por improbidade pelo MP em outro caso, por supostas irregularidades na licitação realizada em 2017 para a virtualização dos processos internos da Câmara, que resultou em um contrato de R\$ 1,45 milhão. Essa denúncia ainda não foi analisada pela Justiça. ■

LEGISLATIVO VALOR FICOU 43% ABAIXO DO GASTO MÁXIMO QUE ERA PREVISTO NO EDITAL, DE R\$ 912 MIL; CERTAME FOI DIVIDIDO EM DOIS LOTES

Contrato de limpeza da Câmara custará R\$ 514 mil

NOVA LICITAÇÃO. Caso não haja nenhuma reviravolta na fase de recursos, o novo contrato de limpeza da Câmara de Taubaté irá custar R\$ 514 mil em 12 meses.

O valor ficou 43% abaixo do gasto máximo que era previsto no edital, de R\$ 912 mil.

O pregão foi realizado nessa segunda-feira. O principal lote do certame atraiu 10 em-

presas. A proposta mais baixa, de R\$ 512,39 mil, foi apresentada pela Milclean, que é a atual responsável pelo serviço.

Esse lote engloba a limpeza do prédio do Legislativo, do mobiliário e dos equipamentos da Câmara, o que inclui mão de obra, materiais de limpeza e descartáveis (papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido), equipamentos e dis-



Economia. O novo contrato deverá custar menos do que o anterior

persers (suporte de papel toalha, suporte de papel higiênico e saboneteira).

O outro lote atraiu apenas uma empresa, a F.B. Gianico, com proposta de R\$ 1.890 pela detetização, desinsetização e limpeza da caixa d'água a cada seis meses.

Caso o novo contrato seja firmado nesse valor, isso representará redução em relação ao montante pago atualmente. Contratada ainda em 2014 por R\$ 469 mil/ano, a Milclean recebe hoje, após reajustes, R\$ 575 mil/ano. ■